

Marta responderá por crime de responsabilidade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou parecer que pede o envio ao Ministério Público de São Paulo das investigações sobre irregularidades na contratação de crédito para o programa Reluz pela ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy.

A nota técnica que apóia a decisão da CAE aponta para indícios de infração do código penal, improbidade administrativa e crime comum na operação do Reluz.

O Reluz, Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, é uma iniciativa do

governo federal, que visa atingir 9,5 milhões de pontos de iluminação pública, além da instalação de 3 milhões de novos pontos no País. Hoje existem 14,5 milhões de pontos de iluminação no País.

O contrato com o Município de São Paulo foi fechado em 5 de fevereiro do ano passado. Por meio desse contrato, a Eletrobrás repassou R\$ 187 milhões à Eletropaulo para a modernização de 430 mil pontos de iluminação. Desse valor, 75% (R\$ 140,25 milhões) é assumido pela concessionária de energia elétrica.